

50 milhões de brasileiros têm parente ou amigo assassinado, diz Datafolha

Ao menos 50 milhões de brasileiros com 16 anos ou mais têm um parente ou amigo que foi vítima de homicídio ou latrocínio - isto é, 35% da população do país. A proporção vai a 40% entre os homens e 38% entre os negros, segundo pesquisa inédita do Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instinto de Vida, uma iniciativa que busca reduzir os homicídios na América Latina.



Ao menos 50 milhões (35%) de brasileiros têm um parente ou amigo assassinado

Entre os negros, proporção aumenta para 38%, diz pesquisa



40%

dos homens
conhecem
alguém que
foi assassinado



12%

da população
tem um parente
ou amigo
assassinado
por policiais
ou guardas
municipais



12%

sofreram
ameaça
de homicídio



17%

dos brasileiros
(23,8 milhões)
têm algum
parente ou
amigo
desaparecido

FONTE: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Datafolha



Infográfico elaborado em: 05/05/2017

Pesquisa Datafolha mostra o número de parentes de vítimas (Foto: Arte/G1)

[\(G1, 08/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

De acordo com o levantamento, 16 milhões (12%) de brasileiros perderam um parente ou amigo assassinado por um policial ou guarda municipal, chegando a 17% da população entre 16 e 24 anos.

As entrevistas foram realizadas em 150 municípios de pequeno, médio e grande porte entre os dias 03 e 08 de abril de 2017.

Segundo a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, há um debate sobre as vítimas dos homicídios, mas pouco se fala sobre “as pessoas que ficam”.

“Em geral, falamos das 60 mil vítimas de homicídio por ano, o impacto que isso tem para o estado brasileiro, como isso afeta a relação da sociedade com as instituições e a descrença no poder público, o prejuízo econômico gigantesco que isso representa, que inibe investimentos, que as mortes prematuras são pessoas que deixam de produzir e etc. Mas muitas vezes nos esquecemos de quem fica e quais as perspectivas que ficam para essas pessoas. Como lidar com toda essa dor e sofrimento?”, questiona.

Para ela, “temos sido muito incompetentes em prevenir a violência, punir os criminosos e também em acolher os familiares que tiveram suas vidas destruídas pela barbárie em que estamos”.

Débora Maria da Silva, líder do Movimento Mães de Maio, que reúne parentes de vítimas da violência policial, concorda com a negligência do estado com os assassinados e suas famílias. Ela é mãe de Edson Rogério, morto em 2006 pela polícia durante onda de violência em São Paulo, os chamados “Crimes de Maio”.

“Sempre fomos tratadas como mães de lixos, Assim que nós mães nos sentimos. Tivemos que aprender a nós defender, investigar e levantar as provas. Apontamos todas as falhas nos inquéritos arquivados a ponto de exigir a federalização dos crimes de maio, sem resposta 11 anos depois. A única resposta do judiciário é o silêncio”, disse.

“Não existem crimes perfeitos. Existem crimes mau investigados porque somos pretos e pobres”, completou.



Integrantes do movimento Mães de Maio (Foto: Cíntia Acayaba/G1)

Ameaçados e desaparecidos

Outro dado da pesquisa indica que ao menos 16 milhões de pessoas dizem ter sofrido ameaças de morte, 10 milhões afirmam já ter sido feridos por facas ou outras, 5 milhões relatam ter sofrido agressão com arma de fogo.

A pesquisa aponta ainda que 17% dos entrevistados têm algum amigo ou parente desaparecido.

Armas e governo

A pesquisa Datafolha mostra que 78% dos entrevistados acreditam que quanto mais armas em circulação, mais mortes haverá no país, o que indica que a população reconhece a importância do controle de armas na redução da violência.

Quase todos os entrevistados, 94%, reconhecem que o nível de homicídios é muito alto no Brasil e 96% acreditam que as diversas esferas do governo precisam se unir para diminuir os crimes e a violência no país e que esta não é obrigação apenas das polícias, mas também do governo federal (84%), dos governadores (83%), prefeitos (81%) e Congresso Nacional (77%).

“Certamente, a sociedade brasileira naturalizou a violência porque este é um mecanismo de defesa para lidar com a barbárie. O problema é que essa naturalização resulta em uma tolerância cada vez maior com essa mesma violência e gera uma série de efeitos catastróficos para o país”, disse Samira.

Para 93% dos entrevistados, é dever das polícias preservar a vida acima de tudo e 56% acreditam que em situações de confronto, as polícias podem ocupar sem autorização judicial casas em favelas, ocupadas ou comunidades.